

Castello perdeu a batalha

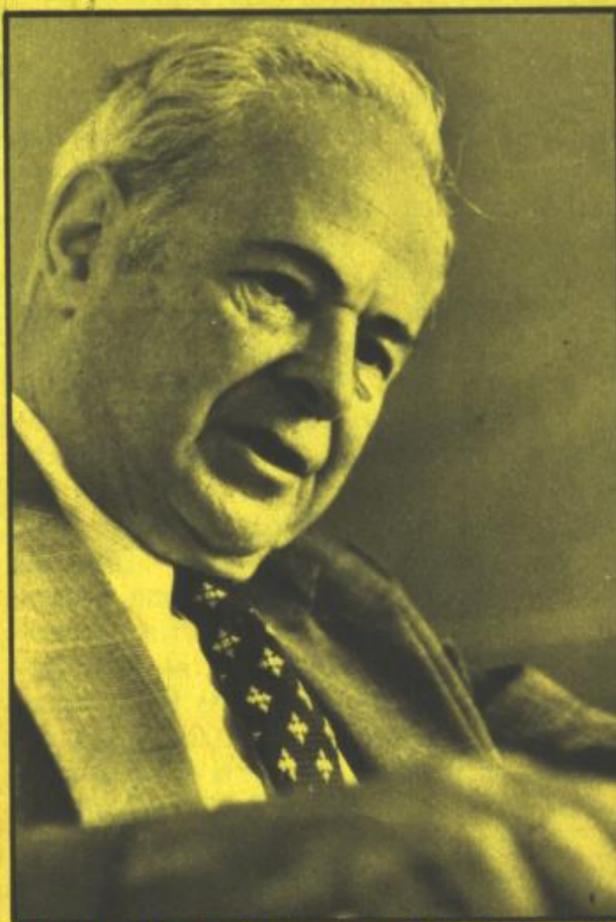
A PRESENÇA DA EMBAIXADA AMERICANA
NA DEPOSIÇÃO DE
JOÃO GOULART, EM ABRIL DE 1964

Por Roberto Garcia

Naquela manhã de uma fria segunda-feira de dezembro passado, o professor Lincoln Gordon passou por acaso pelo Departamento de Estado, em Washington. William Rogers, então secretário-assistente de Estado para Assuntos Econômicos, encontrou-o num corredor e perguntou: "Você já viu as notícias do Brasil?" "Não", respondeu Gordon. Afastando-se, Rogers aconselhou: "Passe então pela Brazilian Desk. Eles têm um bom resumo. Publicaram coisas interessantes no Brasil, a respeito de 1964".

Foi esse o primeiro contato de Lincoln Gordon — o embaixador americano no Brasil nos últimos anos do governo João Goulart e nos primeiros do regime revolucionário — com a extensa série de documentos armazenados na Biblioteca Lyndon Johnson, no Texas, descobertos e publicados no final do ano pelo *Jornal do Brasil*. Como autor ou personagem da maioria deles, era natural que as férias iniciadas no dia seguinte pela família Gordon, em New Hampshire, em meio a muita neve, na casa de pedra deixada como herança pelo pai do ex-embaixador, sofressem contínuas interrupções. Eram jornalistas, brasileiros e americanos, que, pelo telefone, tentavam obter esclarecimentos, confirmações ou desmentidos.

Foi também pelo telefone que o correspondente de VEJA em Washington conseguiu a promessa de um depoimento, sem restrições para perguntas, capaz de esclarecer todas as dúvidas. Ele aconteceu em janeiro, quando Gordon já estava de volta a seu escritório de Washington, onde trabalha cercado de recordações de seus tempos no Brasil, em pesquisas para a Resources for the Future. Foram muitas horas de conversa e a elas se seguiu um longo período de espera, enquanto o ex-embaixador revia a transcrição de suas palavras gravadas. Que agora finalmente são publicadas, tal como ele as formulou naquele



Gordon: "As vezes, eu fui ingênuo"

extraordinariamente gelado inverno americano.

Queríamos cooperar com Goulart, no começo

VEJA — Há os que vêem no desempenho da embaixada americana no Brasil, em 1964, o início do modelo que mais tarde seria conhecido como desestabilização a ser empregado, por exemplo, no Chile. O que o senhor acha disso?

GORDON — Fui nomeado para o Brasil originalmente por causa de meu envolvimento na Aliança para o Progresso. Em Harvard, eu havia trabalhado num projeto de pesquisa sobre o de-

envolvimento econômico do Brasil, já sabia bastante a respeito do país e tinha um conhecimento razoável da língua. Por recomendação do secretário do Tesouro Douglas Dillon, o presidente Kennedy pediu-me que fosse para o Brasil e ajudasse a transformar a Aliança para o Progresso num sucesso. Entre a nomeação e minha chegada, o presidente Jânio Quadros renunciou, houve a crise de setembro de 1961, João Goulart tomou posse — embora o Ato Adicional* eliminasse grande parte de seus poderes. Comecei a trabalhar com seu gabinete, especialmente com o chanceler San Thiago Dantas e com o ministro da Fazenda Walter Moreira Salles, que eu conhecera em Washington, tentando desenvolver um bom programa de assistência bilateral.

As coisas iam bem no início. Goulart veio a Washington em abril de 1962 e teve uma série de conversas cordiais com o presidente John Kennedy, chegando a iniciar seu desejo de acabar com os problemas existentes com as empresas estrangeiras de serviço público mediante compra voluntária, a preço negociado, como, por exemplo, a AMFORP**. Naquela fase inicial, em diversas ocasiões, fui procurado por militares e civis que me diziam ser Goulart totalmente indigno de confiança, um comunista disfarçado, escondido atrás de um Ministério e políticas moderadas, que fora um erro deixá-lo voltar ao país e que a solução, então, era botá-lo para fora. Alguns queriam apenas nossa compreensão e simpatia; outros queriam nossa ajuda ativa para um golpe.

* Promulgado pelo Congresso, em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o Ato Adicional instituiu o sistema parlamentar de governo.

** American Foreign Power Company, comprada mais tarde no governo do marechal Castello Branco.

VEJA — *E qual era sua resposta?*

GORDON — Minha resposta era simples e direta: eu dizia que nós interpretávamos diferentemente os acontecimentos e que, de qualquer forma, se eles queriam algum movimento anti-Goulart, o problema era deles e nada teríamos com isso. Posteriormente, passei a pedir que nosso pessoal de inteligência verificasse se esses elementos eram realmente sérios e, como disse em meu depoimento ao Senado americano, em 1966, a conclusão era a de que se tratava de um pequeno grupo marginal, de gente sem poder e sem responsabilidade. Eles talvez correspondessem aos membros da John Birch Society*, nos Estados Unidos, e foi assim que eu os classifiquei em alguns telegramas para o Departamento de Estado. Certamente, nessa fase, longe de pensar em desestabilizar o governo, estávamos fazendo o possível para cooperar com Goulart. Na segunda metade de 1962, especialmente no período em que Francisco Brochado da Rocha (*o último chefe de gabinete aprovado pelo Congresso, no regime parlamentarista*) ascendeu a primeiro-ministro, houve alguns eventos estranhos que nos deixaram um pouco nervosos a respeito da direção que tomavam as coisas. A visita de Robert Kennedy, o irmão do presidente, a Brasília, em dezembro de 1962, foi um esforço para explicar diretamente a Goulart, pela boca de alguém obviamente muito próximo do centro do poder na Casa Branca — uma vez que não era possível a Kennedy reciprocamente a visita de Goulart —, as razões de nossas apreensões. Mas muitos acreditavam que todas as manobras então em curso visavam apenas devolver a Goulart os poderes que havia perdido na presidência com o Ato Adicional. Uma vez que conseguisse isso, pensava-se, as coisas tomariam um rumo mais razoável. Foi a versão em que preferimos acreditar. Tanto assim que o principal evento nas relações brasileiro-americanas naqueles meses foi a visita de San Thiago Dantas, então ministro da Fazenda, para negociar com David Bell, então diretor da USAID, em Washington, o que se tornou conhecido como o acordo Bell-Dantas.

Depois ajudamos as "ilhas de sanidade"

VEJA — *Qual sua opinião sobre esse acordo?*

GORDON — Tratava-se de um grande programa de assistência, em três fases sucessivas. O programa dependia de algumas medidas por parte do governo

* Organização americana de extrema direita.

brasileiro, principalmente na área da política antiinflacionária, de redução de déficits orçamentários, de crédito pelo Banco do Brasil e de política reformista do tipo pregado pela Aliança. Todos os documentos a respeito são públicos. Não os vejo há doze anos, mas, segundo me lembro, havia doze condições com as quais o governo brasileiro concordou numa troca de cartas entre San Thiago Dantas e David Bell. Isso foi no fim de abril de 1963. Pouco tempo depois Goulart dissolveu o Ministério, saíram todos, inclusive Dantas, que estava com câncer. Dantas sofria duros ataques na época, principalmente de Leonel Brizolla, e começou então a distinção entre esquerda moderada e a esquerda radical. Entre outras coisas, em virtude dos ataques de Brizolla, os compromissos assumidos por Goulart junto a Kennedy, sobre a compra negociada da AMFORP, não foram cumpridos.

A compra da AMFORP não tinha tanta importância em nossa avaliação das coisas. Num certo sentido, contudo, era simbólica para nossas relações. Pois o importante era a falta de cumprimento das condições estabelecidas no acordo Bell-Dantas. Lembro-me que passamos em revista os dez ou doze pontos e, se me lembro bem, o lado brasileiro só cumpriu um ou dois. O resto foi totalmente esquecido. O déficit orçamentário continuava enorme; a taxa de inflação aumentava. Tentei adotar uma posição compreensiva porque, afinal de contas, eu estava interessado na Aliança para o Progresso, não queria suspender a ajuda para o Brasil, se isso pudesse ser evitado. Por outro lado, comparando as promessas com as ações do governo brasileiro, percebia-se que algo precisava ser feito. A solução foi ajudar as "ilhas de sanidade administrativa". As "ilhas" eram alguns governos estaduais.

VEJA — *Segundo diversas análises, o senhor teria fortalecido, justamente, os governadores contrários a Goulart.*

GORDON — Fui sempre acusado de selecionar os Estados hostis a Goulart. Carlos Lacerda (Guanabara) seria o principal exemplo, juntamente com Adhemar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Lacerda seria o principal exemplo, já que para Adhemar não fizemos muito e Magalhães Pinto sempre reclamava amargamente que ele era desfavorecido pelos programas de ajuda. Mas havia também Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), que tinha uma série de projetos muito próximos dos preferidos pela Aliança: construção de prédios escolares, habitação barata, nutrição, água potável, redes de esgotos, eletrificação rural. E o caso mais dramático era o de Mauro Borges, em Goiás. Lembro-me que o quase único ato ofi-

cial que desempenhei, na manhã posterior à do assassinio de Kennedy (22 de novembro de 1963), foi ir a Goiânia para assinar projetos que considerava importantes para Goiás. E Mauro Borges sempre foi considerado pró-Goulart. Ele também foi cassado, como Aluísio Alves, até agora não sei se justificadamente ou não. E havia outros governadores que ficaram esperando para ver quem ganhava e depois aderir: Lomanto Júnior, por exemplo, governador da Bahia, recebeu grande assistência. É preciso também dizer que nem todos os projetos com o governo central terminaram: o asfaltamento de algumas rodovias, a duplicação da via Dutra, programas de eletrificação e as vendas de trigo não foram suspensos. Se tivéssemos querido um programa de desestabilização, não teríamos feito isso.

Nunca tivemos um programa de desestabilização

VEJA — *O senhor considera as críticas injustificadas, então?*

GORDON — Fomos acusados de fazer mais pela Guanabara do que por todo o nordeste, mas isso era uma completa balela, demonstrada por comunicados que emiti à imprensa. Certamente fizemos muito pela Guanabara. Havia o famoso projeto de suprimento de água potável. Como você sabe, vivíamos no Rio e sentíamos na carne o problema da falta de água. Ajudamos alguns projetos habitacionais, que foram muito mal recebidos, como o da Vila Kennedy. Eram principalmente na zona norte, longe dos empregos, mal construídos. Mas, na época, pensamos que seriam bons projetos, que estariam no espírito da Aliança. Essa noção de que as "ilhas de sanidade administrativa" eram um programa de desestabilização para ajudar os governadores desejosos de derrubar Goulart não resiste à demonstração dos fatos.

VEJA — *E a assistência militar?*

GORDON — Era dada a pedido do governo, desde a II Guerra Mundial. O *Jornal do Brasil* publicou um memorando meu, de princípios de março de 1964, que pode dar uma idéia errada das motivações. A matéria a respeito sugere uma conexão entre o pedido de assistência militar e o golpe. A história é outra. Naquela época, havia crescentes dúvidas no Senado americano sobre as proporções dos programas de assistência militar. Alguns chegavam a se perguntar por que os latino-americanos precisavam de Forças Armadas. Havia também um teto para ajuda militar à América Latina, se não me engano de 75 milhões de dólares, dos quais pouco mais de 20 milhões

iam para o Brasil — bem pouco, comparando-se com as cifras de hoje. Quando eu cheguei ao Brasil, em 1961, estava por expirar um programa quinquenal de assistência militar especial, por causa da base de observação de foguetes da ilha de Fernando de Noronha. Quando acabasse esse acordo, que era substancial, o Brasil passaria a ser um recipiente comum do programa normal e teria de lutar por sua parcela com todos os demais países latino-americanos. A carta publicada decorreu de um memorando que me foi enviado por Thomas Mann* pedindo que eu lhe enviasse uma justificação dos programas de assistência militar para o Brasil, a fim de que ele pudesse usar meus argumentos em suas discussões com os senadores. Esse programa era uma coisa comum.

Para nós, o movimento era legalista

VEJA — Não havia relação entre seu pedido de maior ajuda militar e os eventos de fim de março, então?

GORDON — Eu teria escrito a mesma coisa em 1962, ou 1965. Simplesmente, coincidiu que o memorando foi escrito no mês do golpe. Uma das coisas que os congressistas americanos estavam dizendo na época era que os militares latino-americanos só faziam derrubar governos constitucionais. Mas pelo menos naquela época o bom senso dizia que os militares brasileiros, contrariamente a outros países, com a gloriosa exceção do Uruguai, Chile e México, jamais sonhariam em tomar o poder. Poderiam fazê-lo temporariamente, mas apenas para pôr ordem nas coisas e depois saíam. Eles não gostavam de exercer o poder, dizia-se, e eu aceitei esse ponto de vista predominante. Fazia parte do folclore da história brasileira dizer que os militares do país eram diferentes. Eles tinham intervindo para derrubar Pedro II para instalar a República. Mas ficaram no poder? Não. Estimularam o Partido Republicano a fazer a Assembléia Constituinte, a escrever a Constituição de 1891.

Certamente os dois primeiros presidentes haviam sido marechais, mas depois veio um presidente civil. E assim por diante, em episódios sucessivos, nas décadas de 20, 30 e 40. Vargas — um civil — fora o único ditador, até então, da história brasileira. E quem restaurou a democracia? O Exército, em 1945. Na década de 50, é verdade, houve a resistência contra a posse de Kubitschek — mas ele finalmente foi empossado e os

legalistas ganharam. Mesmo em 1961, os ministros militares soltaram o manifesto dizendo que Goulart não podia assumir, mas não houve esforço dos militares para tomar o poder eles próprios. As Forças Armadas simplesmente diziam que não queriam a volta de Goulart e, quando se fez um compromisso com o Ato Adicional, elas o aceitaram. Os três ministros se aposentaram pacificamente e seus sucessores eram legalistas. Havia, portanto, forte evidência de que os militares apoiavam a Constituição e regimes civis. Era o que se dizia e era em que eu acreditava.

VEJA — Quando foi que percebeu uma divisão dos brasileiros e decidiu apoiar um dos lados?

GORDON — Essa convicção começou a se formar em minha mente no inverno de 1963 (julho-agosto) depois da dissolução do gabinete de que fazia parte San Thiago Dantas. As preocupações começaram cedo. Havia um grupo no palácio que alimentava essas preocupações. Waldir Pires, por exemplo, que sucedera o moderado Antônio Balbino, assumiu a consultoria geral da República. Darcy Ribeiro, que eu conhecera como vice-reitor da Universidade de Brasília e com excelentes idéias sobre a modernização da educação, começava a se intoxicar com o poder, como chefe da Casa Civil da Presidência. Mas, quando o gabinete mudou, Carvalho Pinto foi colocado no lugar de San Thiago Dantas como um símbolo de moderação. Em certo sentido, ele era. Eu o conhecia bem. Naquele período, havia grande movimento em favor do repúdio da dívida externa e eu trabalhei intensamente com Carvalho Pinto para conseguir que os europeus concordassem com um reescalonamento. Por sinal Thomas Skidmore conta essa história em seu livro (*Brasil: de Getúlio a Castello*) com 180 graus de erro. Em virtude de minha recomendação, o governo americano era favorável a uma recomposição das dívidas e nós convencemos os europeus a cooperarem. Isso era o contrário da desestabilização.

VEJA — Que achava de Goulart?

GORDON — Ele gostava do poder e de manipulá-lo. Nos últimos dois meses, ninguém poderia vê-lo na televisão, especialmente no comício de 13 de março, sem sentir que a esquerda radical, inclusive comunistas e pró-comunistas, tinha finalmente conseguido dominá-lo. Mas, até janeiro de 1964, eu ainda achava que havia possibilidades de manter as coisas na linha. Por volta de novembro ou dezembro de 1963 eu estava convencido de que, se pudesse, Goulart tentaria imitar o modelo de Getúlio Vargas. Havia muita coisa para fortalecer

essa convicção: conversas com ele, com gente próxima a ele, as coisas que ele fazia, suas nomeações, os conselhos que estava recebendo, suas relações com o Congresso, as reações de jornalistas, editorialistas e dos deputados davam uma boa base para isso.

No início de 1964, almocei com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que me disse algo interessantíssimo. Antes de ele passar o poder a Quadros, Goulart o procurara diversas vezes para dizer: "Juscelino, você é muito popular. Por que quer esse louco no governo? Dê o golpe, presidente". Juscelino era um democrata e constitucionalista, e eu podia acreditar nele, nessa questão. Diante dessas evidências, ficou claro para mim que Vargas e Perón eram os grandes heróis de Goulart. Não era preciso muita imaginação para concluir que ele queria assumir maiores poderes ainda, mas até janeiro de 1964 eu achava que, se os militares e o Congresso agissem sensatamente, nada iria acontecer, ele não conseguiria ser ditador. Achávamos que, se fosse haver alguma crise, ela seria deflagrada por uma tentativa de fechar o Congresso ou intervir num Estado, Guanabara, São Paulo ou em ambos.

As possibilidades de crise eram 50-50

VEJA — O senhor acha que Goulart tinha tomado uma decisão a respeito?

GORDON — No período de Natal, meu filho e uma vizinha de Massachusetts que nos visitavam sugeriram uma viagem pelo país. Como a Rio—Bahia acabava de ser asfaltada, resolvemos subir até Salvador. Fomos parados em Governador Valadares pelas autoridades locais, que nos reconheceram e insistiram em que visitássemos a cidade. O mesmo aconteceu em duas outras cidades, mais para cima. Por coincidência, os prefeitos eram de três partidos diferentes: UDN, PTB e PSD. E todos perguntaram a mesma coisa: "O senhor pode explicar que loucuras estão acontecendo no Rio e em Brasília? Por que não nos deixam viver em paz?" Fiquei impressionado pelo que vi e ouvi, e com a impressão de que, fora da atmosfera superaquecida e artificial do Rio e de Brasília, o país estava muito menos disposto aos programas de rádio de Brizolla. Voltei para consultas a Washington e disse no Departamento de Estado que as possibilidades de uma crise eram 50—50. Se se conseguisse superar a situação econômica, as negociações de crédito, se os assessores moderados conseguissem impressionar Goulart, poderíamos chegar às eleições presidenciais de outubro de 1965 — Juscelino ganharia essas elei-

* Era na época subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos.

ções. Lacerda provavelmente concorreria contra ele, mas seria derrotado. Essa era minha previsão.

São Paulo estava cheio de dinheiro

VEJA — *Qual era sua linha de ação enquanto ainda tinha esperança de uma saída normal para os acontecimentos?*

GORDON — Estava preocupado com a possibilidade de os temas em discussão deixarem de ser domésticos — reforma agrária, reformas de base, expropriação de refinarias de petróleo de donos brasileiros, questões constitucionais — para ser internacionais, isto é, passarem a ser temas antiamericanos, como Brizolla tentou fazer com a questão da AMFORP, estimulando uma discussão sobre o imperialismo americano. Esforcei-me para evitar isso, pois, se houvesse uma crise constitucional no Brasil, seria muito importante que os temas fossem internos e não internacionais, para não despertar um nacionalismo irracional. Eu também achava importante para o bem-estar econômico do Brasil que essas questões de dívida internacional fossem tratadas de forma ordenada e não resolvidas com uma moratória unilateral, como vinha sendo proposto publicamente. Com isso em mente, tentamos evitar que essas coisas se tornassem sérias. A partir do momento em que se tornou claro — não apenas para um grupinho de radicais direitistas, militares ou civis, mas também para gente como Castello Branco e muitos constitucionalistas, como Milton Campos ou Adauto Lúcio Cardoso, a gente que depois demonstrou grandes diferenças com o regime militar — que, se Goulart fosse mantido na presidência, ele repetiria o exemplo de Vargas ou Perón, creio que nós também fomos muito influenciados. Honestamente, creio que, mesmo que tivéssemos exercido todo nosso peso para evitar o golpe, não teríamos sido bem-sucedidos.

VEJA — *Há quem diga que, apesar de sua aparência de explosão espontânea, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi inspirada pela embaixada. É verdade?*

GORDON — Não estava em São Paulo na época. Não gostaria de dizer que não houve qualquer apoio e simpatia de nossa parte, mas a iniciativa foi 100%, ou pelo menos 98%, brasileira. Conheço alguns de seus organizadores, muitos são meus amigos, e o IPES (*Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, de orientação contrária a Goulart*) desempenhou um papel importante em sua preparação. Mas não precisavam de nosso dinheiro. São Paulo estava cheio de dinheiro e, além disso, a Marcha não foi cara.

VEJA — *A CPI que investigou as atividades do IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) mencionou diversos milhões de dólares para financiar eventos anteriores.*

GORDON — Se formos discutir as eleições de 1962, não vou querer negar a presença de dinheiro de origem americana. Quanto a 1964, não vou dizer que não tenha havido 1 ou 2 dólares americanos. Mas não me lembro de nada substancial e certamente isso seria improvável. A organização foi totalmente brasileira.

VEJA — *Como é que se decidiu dar dinheiro para as forças anti-Goulart?*

GORDON — Que diabo, isso era mais ou menos um hábito, naquele período. Naquelas eleições, muita gente estava atrás de dinheiro. Ficavam pedindo a todos que conseguissem abordar. Certamente estavam atrás dos empresários americanos, de todos os funcionários americanos de quem conseguissem chegar perto. Portanto, a idéia de ter essa caixinha para despesas políticas apareceu e se desenvolveu, como ficou claro em outros casos, como no Chile. A CIA estava acostumada a ter fundos políticos. Tudo começou na Itália, em 1948, quando dinheiro americano ajudou o fortalecimento da democracia-cristã. Em retrospecto, creio que não foi boa política.

VEJA — *Quanto dinheiro americano foi gasto na campanha de 1962?*

GORDON — Faz muito tempo, não tenho a ajuda de documentos para me lembrar. Sei que os pedidos eram muito maiores do que o que se atendia. Certamente foi muito mais de 1 milhão de dólares, e eu não ficaria surpreso se tivesse chegado a 5 milhões de dólares. Mas não era uma importância enorme, não eram dezenas de milhões de dólares. Havia um teto por candidato.

VEJA — *Quão generalizada era a prática?*

GORDON — Os pedidos eram insistentes e vinham de todos os lados.

VEJA — *Eles vinham diretamente ao senhor?*

GORDON — Não, eu não tinha nada a ver com isso, diretamente. Eles falavam com os cônsules, com os homens de negócios americanos, gente que eles sabiam ter contato com a embaixada.

VEJA — *Eram os mesmos que o senhor classificou serem da John Birch Society?*

GORDON — Não, não. Muito mais amplo que isso, todos os tipos de gente. Muitos eram do PSD, UDN e mesmo petebistas. Se você vir a lista do pessoal apoiado pelo IBAD perceberá que a de-

finição de "democrata" era muito ampla...

VEJA — *Como foi tomada a decisão de apoiar os adversários de Goulart?*

GORDON — Quando chegou a crise de 1964, tínhamos simpatia pelo lado anti-Goulart e não esperávamos que o regime do grupo que apoíamos na época iria se transformar num regime militar autoritário por um longo período. Tanto por razões internas quanto externas, achávamos que o grupo era moderado e democrático, e muito mais pró-americano em suas relações externas do que seria o grupo em que Goulart se apoiaria para dar seu golpe — isto é, se Goulart tivesse conseguido se tornar um ditador nacional com forte apoio militar. Não podemos nos esquecer da atmosfera de guerra fria em que essas decisões foram tomadas. Mas essas idéias não nasceram em minha cabeça, sem base na realidade. Se olharmos os correligionários de Goulart, os pró-comunistas, encontraremos confirmações para tudo isso.

Não posso negar que havia dinheiro americano

VEJA — *Mas havia uma diferença entre a linha oficial e a real, não?*

GORDON — Não se esqueça de que o Brasil estava cheio de empresas parte americanas e parte brasileiras. Nesses casos, se uma empresa decidisse apoiar um candidato, seria difícil saber de qual lado o dinheiro vinha. Além disso, pelo que todo mundo sabe dos métodos de operação da CIA, eles sempre usam companhias reais e algumas companhias fantasmas para canalizar suas operações. É possível que eu não soubesse de todos os pormenores, embora tivesse conhecimento da natureza geral da operação. É difícil saber, catorze anos mais tarde, quem fez o quê. Mas não tentarei negar que havia dinheiro americano. Se você analisar bem, não era muito por congressista. Basicamente, era dinheiro para comprar horários de rádio, para impressão de cartazes, esse tipo de coisa. E pode estar certo de que havia muito mais pedidos que os que foram atendidos.

VEJA — *Havia uma coordenação das atividades das companhias pela embaixada?*

GORDON — Não. Oficialmente, nossa posição era a de que as companhias não deviam se meter na política interna.

VEJA — *Segundo o senador Frank Church, da Comissão de Relações Exteriores do Senado, a grande embaixada americana no Brasil, a maior do mundo*

no seu período, justificava a impressão de que havia envolvimento americano em tudo?

GORDON — Acho que as conclusões do senador Church foram ridículas. Sei que, quando saí em 1966, havia um número quase igual de brasileiros e americanos trabalhando em todos os organismos do governo americano representados pela embaixada: CIA, militares, USAID, Departamento de Estado, além de uns poucos funcionários do Departamento do Comércio e do Tesouro. Mais ou menos 2 500, dos quais a metade era de brasileiros e os demais americanos. Certamente precisamos de tradutores, secretárias, havia os centros culturais para ensino de inglês. Se se pegarem as cifras e compará-las com a população do país, ver-se-á que o número não era exagerado. Havia também que considerar as proporções geográficas do país. Tínhamos oito consulados por causa disso, pois, além de duas capitais (Brasília e Rio), havia capitais regionais, como Recife ou Porto Alegre.

Nosso apoio não seria apenas moral

VEJA — *Havia gente da CIA?*

GORDON — Certamente muito mais do que necessário, na opinião do embaixador John Tuthill, que me sucedeu e que diminuiu seu número substancialmente. Mas o grupo realmente grande demais era o dos militares, trabalhando em programas de treinamento. Mas, como você sabe, por definição, os militares sempre têm mão-de-obra excessiva nos tempos de paz. Afinal, são como uma unidade de bombeiros quando não há incêndio. Mas isso faz parte do emprego. Os bombeiros ficam esperando o incêndio e os militares ficam esperando a guerra.

VEJA — *Não é qualquer embaixador que solicita tantos recursos a Washington e os recebe, para manter tanto pessoal. Como o senhor conseguiu ter a maior embaixada americana do mundo?*

GORDON — Quando eu cheguei já havia muita gente. Faziam assistência técnica, que é atividade que sempre requer muito pessoal. Chegamos até a eliminar gente para evitar dispersão de esforços em pequenos projetos. Mas a Aliança, naturalmente, era um programa para desenvolver o Brasil — e era necessário muita mão-de-obra para fazê-lo.

VEJA — *O senhor não acha que havia muito mais em jogo em 1964 do que em 1962?*

GORDON — Em 1962 havia eleições para o Congresso e muitos candidatos pedindo dinheiro em todos os

cantos em que pudessem consegui-lo. Alguns pareciam estar conseguindo dinheiro em fontes esquerdistas, dizia-se que indiretamente da embaixada soviética, por meio dos cubanos. E muitos outros entraram em contato conosco na embaixada e certamente nas empresas de que participavam capitais americanos e brasileiros, também pedindo. Em 1964 foi diferente. Um dos telegramas da tarde de 31 de março indica que um paulista veio me visitar, para pedir apoio público, e, como eu disse numa conversa por teletipo em 1.º de abril — ele estava falando em nome de Adhemar de Barros e da comunidade paulista —, não considerei o pedido nem sério nem responsável. Essa foi nossa atitude, quando recebíamos solicitações.

Veza após outra dizíamos que esse era um problema brasileiro. Mas certamente nos primeiros dias de 1964 já havíamos parado de dizer isso. Quando veio o pedido de petróleo, no início de março, nossa atitude foi diferente. Tínhamos pensado nessa contingência: um país dividido geograficamente. O precedente era a Revolução Constitucionalista de 1932 e o fato de que São Paulo tinha sido deixado à míngua graças ao bloqueio do porto de Santos. O mesmo parecia ter acontecido em 1961. Havia conversa de divisão das Forças Armadas e de guerra civil se Goulart fosse autorizado a voltar ao país. Desta forma, eu estava preocupado com a possibilidade de uma longa guerra civil, um equilíbrio das forças militares opostas, e achava que a Petrobrás era tanto sensível quanto perigosa, na medida em que seu presidente, o general vermelho Osvaldo Alves, era considerado um dos generais mais esquerdistas.

A Petrobrás estava nas mãos de conhecidos membros do Partido Comunista ou, pelo menos, de esquerdistas. Temíamos que alguma refinaria em área que ficasse de nosso lado fosse sabotada. Daí veio a idéia de algum apoio logístico. Quando um emissário das forças anti-Goulart, Alberto Biyghton (*um americano-brasileiro da cidade paulista de Americana*), foi mandado para Washington em março, confirmou nossos temores. Assim, antes de voltar para o Brasil, no dia 21, solicitou-nos um plano de emergência a respeito. É por isso que, quando mandei meu telegrama, de 27 de março, os quatro navios-tanques se puseram imediatamente a caminho. Quanto ao "Forrestal", a presença de um enorme porta-aviões é impressionante. Ele foi acrescentado ao panorama por pensarmos que, se tivéssemos de reconhecer a legitimidade das forças anti-Goulart elas pediriam nossa ajuda e nós a proporcionaríamos.

VEJA — *Apoio moral?*

GORDON — Não apenas moral. Da-

ríamos apoio logístico, suprimentos, munições, petróleo. O petróleo era o mais crítico porque sem ele o movimento poderia ser interrompido em uns poucos dias. Era bom estarmos preparados, portanto. E, quando pensei que havia pelo menos 8 000 quilômetros de distância e que mesmo um navio rápido levaria dez dias para chegar, achei que devia colocá-los em movimento imediatamente. Depois de verificarmos que havia a possibilidade de guerra civil, mandei um telegrama, que ainda não foi liberado, em que recomendei a organização de suprimentos logísticos. Navios-tanques, aviões de transporte, deveriam começar a se deslocar e, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, haveria muito tempo para mandá-los de volta, se não fossem necessários. É claro que tínhamos uma história preparada para disfarçar tudo, se isso fosse descoberto: os tanques iam para Montevideu, a força-tarefa estaria engajada em manobra e assim por diante. É surpreendente que, exceto pelo episódio mencionado na entrevista de VEJA, em 1971, ninguém tenha sabido de nada.

Até 1964 achava que tudo ficaria na linha

VEJA — *Ocorreu, alguma vez, a idéia de que os Estados Unidos pudessem se opor ao movimento de 1964?*

GORDON — Diversas vezes me perguntei o que teria acontecido se tivéssemos feito o contrário, isto é, se nós nos tivéssemos oposto a esse golpe contra Goulart. Suponhamos que tentássemos impedi-lo. O que poderíamos ter feito? Um teste muito interessante dessa questão foi feito na Argentina, no período em que eu era secretário-assistente de Estado, quando Arturo Illía era o presidente da Argentina. Lembro-me de que fiz uma visita oficial a Buenos Aires em março de 1966, para uma reunião do CIES, ficando hospedado com o embaixador Martín. Os jornais só falavam no golpe que ia vir. Martín deu umas duas recepções e nelas também se comentava o assunto abertamente. Nós éramos contra o golpe e expusemos a posição claramente — tanto Martín quanto eu, e até mesmo o senador Jacob Javits, que estava de passagem por Buenos Aires. Nada disso fez qualquer efeito. Dois meses mais tarde o Exército argentino tomou a Casa Rosada, Illía foi levado pela porta dos fundos e nós ficamos frustrados.

Supondo-se que tivéssemos empreendido uma ação tanto pública quanto secreta para evitar o golpe no Brasil, que eu tivesse chamado Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e até Castello Branco, e lhes tivesse dito que Washington

era contra qualquer golpe, que teria acontecido? Que teriam eles me respondido se eu lhes tivesse dito que o Departamento de Estado achava que, se quisessem se livrar de Goulart, o único meio constitucional seria pelo processo legal do impeachment? Olhando em retrospecto, como disse uma vez em 1966 num depoimento ao Senado, o movimento original de resistência a Goulart era uma conspiração defensiva, com objetivos constitucionais, ao qual não nos podíamos opor porque, na essência, era legalista. Teriam eles me ouvido em fins de março de 1964? Duvido muito.

Acho que Castello queria restaurar a democracia

VEJA — *O senhor acha que a liberação de outros documentos trará outras surpresas para o entendimento da situação brasileira de 1964?*

GORDON — Não sei. Já falamos sobre as eleições de 1962. Não creio que haja nada terrivelmente surpreendente no que acabo de dizer. Quanto a 1964, não creio, mas sobre o período subsequente devo dizer que desejo ver a publicação de alguns documentos. Entre eles minha reação ao Ato Institucional n.º 2, quando escrevi um longo telegrama relatando minha conversa com Castello Branco. Há outras coisas. Quando voltei para a Universidade John Hopkins, um grupo de estudantes radicais me azucrinava com uma eterna pergunta: "É verdade que o senhor levou John McCoy para visitar Castello Branco e avisou o presidente de que, se ele não desse todas as concessões de mineração de ferro para a Hanna, a assistência ao Brasil seria eliminada?" Realmente, eu levei McCoy a Castello e a Hanna foi discutida. Mas Castello disse apenas que a questão deveria ser negociada com Mauro Thibau, que era ministro das Minas, de acordo com certos princípios que ele, Castello, delineara. Mas Castello estava mais interessado em McCoy como uma grande personalidade pública dos Estados Unidos. Ele tinha sido o alto comissário na Alemanha, secretário-assistente da Guerra, tinha negociado com os russos no fim da crise dos foguetes, e Castello estava curioso para saber detalhes de tudo isso. Gostaria de ver esses documentos publicados para provar que tenho dito a verdade.

VEJA — *O senhor faria tudo de novo se pudesse?*

GORDON — É difícil dizer...

VEJA — *Que mudaria?*

GORDON — Depende das coisas que mudassem em meu conhecimento. Talvez devesse ter esperado que Goulart

saísse do país para enviar a mensagem do presidente Lyndon Johnson ao presidente Ranieri Mazzilli reconhecendo a nova situação brasileira. Mas, se tivesse esperado dois dias, não teria havido qualquer diferença. Teria sido uma formalidade.

VEJA — *Mas, além das formalidades, há coisas mais importantes. Por exemplo, a questão do dinheiro para as eleições. Afinal, não se considera que a função de embaixadores seja financiar eleições do país onde atua, não?*

GORDON — Ah, sim. Uma das coisas que aprendi foi que não deveria ter permitido que se gastasse dinheiro do governo americano naquela eleição. Mas não creio que o dinheiro americano tenha feito qualquer diferença para seu resultado.

VEJA — *Em retrospecto, considera correta a atitude adotada?*

GORDON — Muitos acham que nós deveríamos ter dito: "Vocês estão totalmente errados". Outros dizem que Goulart era o presidente constitucional e que nós deveríamos tê-lo alertado. Ou ter avisado suas forças de segurança quando éramos contatados pelos conspiradores. Certamente pode se argumentar isso. Mas, naquelas alturas, eu já não tinha confiança em Goulart para fazê-lo, para conspirar contra os conspiradores, por assim dizer. Isso porque, na minha opinião, eram os conspiradores que tentavam preservar a Constituição.

VEJA — *E depois de março?*

GORDON — Eu pensei seriamente em deixar o Brasil depois do Ato Institucional n.º 1, em abril. Tentei calcular o que teria acontecido. Suponha que nós tivéssemos adotado uma linha bastante fria, depois do primeiro ato institucional, de 8 ou 9 de abril. Não teríamos rompido as relações diplomáticas, mas poderíamos ter agido como no Peru, em 1962, quando fechamos a missão da USAID e mandamos todos os funcionários de volta. Eu poderia ter renunciado ao cargo de embaixador ou ter passado um longo período de consultas em Washington, numa atitude de solene distância. Poderíamos, enfim, ter reduzido os contatos com o governo brasileiro ao mínimo absoluto. Mas, se tivéssemos feito tudo isso, quais teriam sido os efeitos sobre o Brasil? Isso teria resultado em política mais liberal que a que Castello Branco tentava executar? Quais teriam sido os resultados sobre a situação econômica? Sobre a situação interna geral? Sobre o povo brasileiro?

Tudo isso é altamente especulativo. Como é que se pode saber? Parece-me que se pode dizer com certeza que tal distanciamento de nossa parte não teria acelerado a democratização do Brasil

— coisa que parecia estar acontecendo, de qualquer forma. Podem-se ter noções diferentes sobre as metas reais de Castello Branco, mas parece-me que ele realmente queria restaurar a Constituição. Certamente haveria algumas diferenças na organização partidária, mas tudo seria conseguido até o fim de seu mandato. Castello certamente achava que qualquer sucessor, que não fosse Costa e Silva, teria feito isso mais eficazmente. Mas, evidentemente, ele perdeu a batalha. Muitos, indubitavelmente, dirão que tudo não passou de uma farsa, que Castello realmente jamais quis restaurar a democracia. Não acho que essa interpretação seja correta.

No conjunto, as decisões foram corretas

VEJA — *O senhor acredita, então, que apoiar o governo Castello era apoiar as forças mais democráticas?*

GORDON — Bem, eu fui ingênuo sobre a situação em 1964 e pode ser que continue ingênuo até hoje. Mas a verdade é que montamos um programa de emergência de 50 milhões de dólares de assistência econômica, que havia sobrado do orçamento. Eu vim para Washington e consegui esse dinheiro em pouco mais de uma semana. Na volta, comentei que 50 milhões de dólares numa semana seria o máximo que iria conseguir em toda minha vida. Organizamos um programa de 150 milhões de dólares, por três anos, com condições estritas. Conseguimos interessar o Banco Mundial em reabrir suas portas. Naquela época, o Brasil tinha reservas negativas. Não tivesse sido essa nossa atitude, creio que teria havido uma grande crise econômica, pois a ausência de assistência americana teria significado cortar substancialmente as importações, e os alicerces para o que mais tarde veio a ser conhecido como milagre econômico não teria existido.

Evidentemente, foram necessários de dois a três anos para ver os primeiros resultados. Na ausência desse programa de assistência teria havido um regime mais liberal? Acho que, em vez de linha dura, teria havido uma linha duríssima. Em vez de regime militar brando, teria tido um regime muito mais repressivo, muito mais autoritário. As condições de vida não teriam melhorado tanto quanto melhoraram. E é possível que tudo isso tivesse sido seguido por uma contra-revolução. Mas não sei. Continuar o exercício seria especular demais e, certamente, não teria sido bom para as relações brasileiro-americanas. No conjunto, portanto, embora tenha sido um processo penoso, nossas decisões parecem ter sido corretas.